

VAREJO

Nos últimos dias, grupo fechou quase 300 lojas em plano de reestruturação com cerca de 2 mil demissões e adiou para segunda-feira publicação de resultados

Casas Bahia fecha lojas e atrasa balanço

» ROSANA HESSEL

Após registrar prejuízo de quase R\$ 1,064 bilhão no primeiro trimestre deste ano — 160,7% acima das perdas registras no período de 2025, de R\$ 408 milhões —, o grupo Casas Bahia atrasou a divulgação do balanço do segundo trimestre de 12 para 14 de agosto, com teleconferência agendada para segunda-feira, dia 17. Contudo, até ontem, a companhia não havia publicado o resultado trimestral na página da instituição. Procurada, a assessoria da companhia informou que o balanço deverá ser divulgado no dia 17.

Nos últimos dias, a companhia fechou 298 lojas em todo o país, o que corresponde a 28,5% das 1.042 unidades da rede contabilizadas no fim de 2025, deixando os trabalhadores preocupados. E os sindicatos se manifestaram sobre as demissões que somam quase 2 mil.

Em Brasília, por exemplo, lojas tradicionais das Casas Bahia e do Ponto Frio (que integra parte do grupo) no Conjunto Nacional amanheceram fechadas na sexta-feira. Outras lojas da rede no Gama e em Taguatinga também estavam fechadas, segundo funcionários.

Conforme informações publicadas pelo jornal *Valor Econômico*, a rede teria planejado, neste mês, cortar 30% do quadro e vem adiantando pagamentos a lojistas do marketplace e buscando estender prazos com a indústria para melhorar o ciclo financeiro. A medida faz parte de

uma reestruturação ampla do grupo, que busca reduzir despesas, reorganizar a operação e melhorar o fluxo de caixa após prejuízos bilionários nos últimos trimestres.

No acumulado em 12 meses até março de 2026, o prejuízo somava R\$ 3,6 bilhões, enquanto o patrimônio líquido do grupo havia encolhido de R\$ 2,1 bilhões para R\$ 1,8 bilhão, conforme dados do último balanço do grupo companhia.

Em relatório divulgado no fim de julho, o Itaú BBA informou que retomou a cobertura do grupo Casas Bahia e avaliou que as parcerias da rede com grandes marketplaces, como Mercado Livre, Amazon e Shopee, são vistas como uma oportunidade de melhorar a rentabilidade da rede no comércio on-line. “Em poucos meses, estimamos que essas parcerias já representem mais de 5% do volume brutos de mercadorias (GMV) total e 10% do GMV on-line, o equivalente a cerca de R\$ 2 bilhões por ano”, destacou o banco, que fez uma recomendação neutra e preço-alvo de R\$ 1 para as ações ordinárias do grupo para o fim de 2027 — alta de 51% sobre o fechamento de sexta-feira, de R\$ 0,66.

O documento ainda destacou que a carteira de crédito ao consumidor, de R\$ 6,3 bilhões, foi reestruturada, com redução da taxa de novas emissões de 150% para 120% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). “Vemos espaço limitado para uma expansão mais acelerada no curto

Divulgação



Grupo teve prejuízo de R\$ 1,064 bi no primeiro trimestre de 2026

prazo, diante de um ambiente macroeconômico mais desafiador e do aumento do risco de inadimplência, especialmente nas regiões Norte e Nordeste”, ressaltou.

Embora avalie que a geração de valor operacional da varejista é sustentável, o banco ainda segue com uma visão mais cautelosa diante do cenário macroeconômico, já que a empresa continua exposta a categorias de bens duráveis e de maior valor, que dependem de crédito ao consumidor. “Um período prolongado de juros elevados pode limitar a demanda e aumentar os custos de financiamento da operação de crédito, o que dificulta uma aceleração mais forte das vendas”, acrescentou o relatório do Itaú BBA.

Ontem, o Sindicato dos Empregados no Comércio de Osasco e Região (Secor) manifestou

preocupação com o encerramento das atividades de unidades da Casas Bahia e disse que tomará as medidas necessárias para garantir os direitos dos trabalhadores. Segundo a entidade, funcionários relataram que foram pegos de surpresa com a interrupção das operações em algumas lojas. O Secor disse se preocupar com a maneira como o processo está sendo conduzido. Segundo relatos recebidos pelo sindicato, muitos trabalhadores ainda aguardam informações detalhadas sobre os procedimentos de desligamento, pagamento das verbas rescisórias, liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), seguro-desemprego e demais direitos previstos na legislação trabalhista e na convenção coletiva da categoria. **(Com informações da Agência Estado)**

GESTÃO

Ambipar adia divulgação de resultados trimestrais

A Ambipar adiou a divulgação das informações trimestrais referentes ao segundo trimestre de 2026, prevista para esta sexta-feira. Não foi informada nova data. De acordo com o comunicado da empresa que atua na área de gestão ambiental, o adiamento ocorre, principalmente, do processo de recuperação judicial da companhia, que impactou a conclusão dos trabalhos de apuração e elaboração das informações financeiras e contábeis.

A Ambipar acrescentou que está “enviando todos os esforços” para divulgar seus resultados do terceiro trimestre de 2025, também adiados, além dos balanços do primeiro e do segundo trimestres de 2026.

Pedido de falência

No fim de julho, a Ambipar foi à Justiça do Rio de Janeiro para questionar a dívida que motivou um pedido de falência feito pela fornecedora de frota Addiante.

A empresa alegou uma dívida constituída após o pedido de recuperação judicial (dívida extrajudicial), no valor de R\$ 187,7 milhões. A Addiante alega que a Ambipar inadimpliu 16 faturas de um contrato firmado, com vencimentos de novembro de 2025 a junho de 2026. Três dias depois do pedido de falência, a Ambipar interps uma ação questionando a dívida que motivou o pedido da Addiante.

“Trata-se de uma dívida ilícita e o pedido realizado pela Addiante não possui base capaz de caracterizar a obrigação como uma dívida originada após a Recuperação Judicial”, disse a Ambipar em nota enviada à Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado. **(Agência Estado)**

Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebizar.com.br

Secessão silenciosa

Um conjunto de notícias singelas nos últimos dias descreve melhor que as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os relatórios do Banco Central o que se passa com o Brasil e as razões da rejeição e indiferença apontadas pelos eleitores nas sondagens eleitorais. É que há um país oculto, o Brasil dos que desistiram do Brasil formal, caro e obtuso.

Esse Brasil informal está mais próximo da maioria do que o Brasil dos políticos e das imagens cotidianas transmitidas pela imprensa e vistas nas redes sociais. É como um estrangeiro indocumentado, que varia de 18% a 40% do Produto Interno Bruto (PIB).

O pessoal do “andar de cima”, metáfora precisa do jornalista Elio Gaspari, mudou o domicílio fiscal para outro país e passou a ver o Brasil como filial ou casa de veraneio. O do “andar de baixo”, sem riqueza para proteger nem meios para migrar, protege-se à revelia do dito “sistema”: trabalha até mais que antes, não emite nota de qualquer tipo, recebe pelo Pix e acumula renda com alguma bolsa.

Não são poucos, muito ao contrário. Na classe C, penúltimo degrau da pirâmide de renda, “classe média baixa” na rotulagem esperada da política, são cerca de 107 milhões de pessoas, e a maioria não se reconhece como direita ou esquerda, segundo uma das conclusões do livro recém-lançado *Brasil da Maioria*, do presidente do Instituto Locomotiva, Renato Meirelles. Essa maioria, diz, vota em quem lhe oferece soluções palpáveis, não promessas, para melhorar a vida.

Não atendida, essa parcela passou a se virar por conta própria, em especial depois da pandemia. É quando conclui que, se o Estado lhe cobra mais e entrega pouco, então dane-se o Estado, criando uma zona de confusão entre a sobrevivência e o crime organizado.

Alguns exemplos de atividades crescentes à margem do oficial:

1º) O Smart Sampa, programa que gerencia dezenas de milhares de câmeras inteligentes espalhadas pela cidade de São Paulo, flagra 137 veículos por dia circulando com placas falsas ou adulteradas. Em 2025, foram mais de 49 mil flagrantes. Trata-se de um indicador sentinela de erosão da identificação estatal em todo o país.

2º) Em dois anos, até maio passado, a polícia fechou 21 fábricas clandestinas de cigarros falsificando marcas antes contrabandeadas do Paraguai, onde, por sua vez, também são falsificadas. Bizarro: a falsificação do falsificado para reduzir o risco logístico.

Nem CLT, CNPJ ou MEI

Os números não devem ser somados, pois medem coisas diferentes, mas colocados lado a lado, contam uma história poderosa que vai além da taxa de informalidade de 37,3% da população ocupada, nos indicadores de emprego do IBGE. Eram cerca de 38,3 milhões de trabalhadores informais no trimestre encerrado em maio.

É o que revela o terceiro exemplo dessa “secessão” social:

3º) Não surpreende o que apurou levantamento do Data Favela, uma iniciativa da Central Única das Favelas (Cufa) com o Locomotiva: sete em cada 10 moradores de “comunidades”, neologismo que certa elite prefere para tentar humanizar as aglomerações urbanas precárias, consideram o trabalho autônomo (“empreendedorismo”, outro termo com simbolismo político) mais fácil que a CLT para subir de vida.

O Data Favela encontrou que 36% dos moradores de favelas afirmam possuir algum negócio, 23% dependem dele como principal fonte de renda e apenas 26% têm CNPJ ou MEI (e tê-lo não significa usá-lo).

Se 73% dos 17,2 milhões de brasileiros residentes nas quase 12,4 mil favelas no país preferem contar consigo mesmos para viver e progredir, e isso não só como entregador de iFood ou motorista de aplicativo, já que boa parte de atividades regulares de oficinas transfere serviços para redes informais nessas áreas, pode-se dizer que nossos representantes eleitos pouco representam, agora a si mesmos e seus interesses ou ideologias obsoletas.

Quem corrompe a honestidade

O que está ocorrendo pode ser descrito como “secessão” econômica silenciosa. Milhões de brasileiros não largaram o trabalho nem a ambição de prosperar. Abandonaram a crença de que a formalização tradicional seja o caminho. Tal equação é relativamente simples.

A pessoa se formaliza se o ganho esperado com crédito, proteção, segurança jurídica e acesso a mercados superar os tributos, os encargos, a burocracia e o risco de perder benefícios sociais. A conta frequentemente não fecha, e não só por causa de impostos.

No Peru, México e Colômbia, a informalidade também prospera por causa da baixa produtividade, instituições frágeis, fiscalização seletiva, serviços públicos ruins e acesso limitado ao crédito. O fator decisivo é o custo completo da formalidade: ônus tributário, financeiro, regulatório, trabalhista, administrativo e social. O fato é que não há falta de vontade para trabalhar e empreender. O que há é um sistema que torna cara a honestidade, dispendioso e arriscado o crescimento e lucrativa a opacidade. Formalidade tem de ser uma vantagem econômica, não uma punição administrativa.

Isso dialoga diretamente com o Nacionalismo Civilizatório, tema de nosso último artigo. Um país não constrói capacidade nacional quando quase 40% dos ocupados estão à margem da proteção formal, milhões de pequenos negócios não conseguem crescer e organizações criminosas controlam cadeias empresariais completas.

Ninguém pede para ser salvo

Mas é difícil atuar na formalidade quando a Receita leva a juízo a cobrança de impostos atrasados de milhares de pequenos negócios que capengam desde a pandemia, em que até saldos bancários miúdos são bloqueados, e a dívida, lançada a protesto. É muito sofrido.

Chegou-me um caso real: empresa pequena com cerca de R\$ 200 mil de tributos atrasados parcelou o débito numa plataforma específica da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) com desconto de 30%, mas descobriu que lhe cabe tirar os protestos em cartório pagando mais 12% de custos cartorários. Um acinte, em parte porque os cartórios e tabeliões recolhem 37,5% de sua receita à Fazenda e ao Tribunal de Justiça estadual.

A obrigação imposta ao devedor de dar a baixa por conta própria e arcar com valores tão altos gera evidente distorção, penalizando severamente a saúde financeira de pequenas empresas que tentam se regularizar. Não dá! A mera legalidade do ato não anula o impacto confiscatório que ela provoca na vida operacional.

Tais relatos dão cara ao *Brasil da Maioria* de Renato Meirelles, e reforçam a sua conclusão em entrevista à *Folha*: “Essas pessoas não estão pedindo para ser salvas. Elas querem condições para que seus negócios prosperem”. Perfeito! Agora, diga a você: se empresário, sua entidade de classe faz algo para mudar esta situação? Se eleitor, o seu candidato disse algum dia como vai anular tais iniquidades?

Entende-se por que a economia informal corresponde a 17,8% do PIB no índice do ETCO/FGV e chega a 33,4% ou 40% nas duas medidas mais amplas do Banco Mundial. Aplicados, apenas como ordem de grandeza, ao PIB de R\$13,8 trilhões projetado para 2026, esses percentuais representariam de R\$ 2,5 trilhões a R\$ 5,5 trilhões. O Estado não recupera essas pessoas com mais ameaças, cobranças e juras eleitorais. Precisa mostrar que estar dentro vale mais do que ficar fora. Ninguém volta voluntariamente a um país que só se lembra de você para cobrar. A secessão é silenciosa. Mas o silêncio não significa consentimento. Significa que milhões de brasileiros já aprenderam a viver sem esperar nada de quem os governa.



Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal



Brasília-DF, 16/08/2026

Implantação do Parque Burle Marx avança com aprovação da primeira etapa de obras, parte da consolidação do Noroeste

Aguardada há anos pelos moradores do Noroeste, a implantação do Parque Ecológico Burle Marx, localizado entre o bairro e a Asa Norte, tiveram seu início autorizado pelo Governo do Distrito Federal, com licenciamento do Instituto Brasília Ambiental (Ibram) e projeto urbanístico desenvolvido pela Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (Terracap). As obras contemplam sete quilômetros de calçadas, ciclovias e trilhas em solo natural.

Essa autorização representa um passo importante para tornar realidade uma área prevista no planejamento inicial do Noroeste, em benefício do morador da região: serão ampliadas as possibilidades de circulação, lazer e convivência, além de contribuir para o acesso e a segurança dos frequentadores.

Para a ADEMI DF, a implantação do Parque Burle Marx é uma conquista para o Distrito Federal, pela oferta de nova

área verde e por garantir que o Noroeste avance de acordo com o planejamento urbano previsto, oferecendo os equipamentos e a infraestrutura necessários para sua consolidação. A ADEMI DF acompanha a implantação da região, fruto de projeto urbanístico doado pela entidade ao poder público em 2009.

O Parque Burle Marx contará com uma estrutura ampla de lazer, com quadras poliesportivas, de tênis e de areia, além de áreas de convivência e paisagismo. A implantação ocorrerá de forma gradual. As diretrizes de uso também devem observar o Plano de Manejo do parque.

Um dos próximos avanços previstos é a conexão das duas alas do Parque Burle Marx diretamente ao Eixo Monumental. A intervenção deverá ampliar a integração do parque com outras áreas de Brasília e fortalecer sua função como espaço de lazer, mobilidade e convivência.

SCIA Quadra 11, Conjunto 2, Lote B – Guará – Brasília/DF – Fone: (61) 3328-7597
E-mail: ademidf@ademidf.com.br
Acompanhe: www.ademidf.com.br | @ademidf